



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, TERÇA, 17 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 96ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1975

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Leopoldo Jacomel, Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Jorge Sato, Nilso Sguarezi. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE.-

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º - SECRETÁRIO.-

procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE.-

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição N. 75/75, Veto aposto ao Projeto de Lei N. 117/73, de autoria do Sr. Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Veterinária, na sede do município de Castro e dá outras providências.

Parecer da C.C.J. pela manutenção do Veto.-

Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição Nº 76/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1975

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada

pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Dácio Leonel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Leopoldo Jacomel, Aragão de Mattos Leão, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Jorge Sato, Nilso Sguarezi. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE.-

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º - SECRETÁRIO.

procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º - procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE:-

REQUERIMENTOS:

de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando retirada da Ordem do Dia, Projeto de Lei N. 193/74, por (20) vinte Sessões.

de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei Nº 58/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, se consigne na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações pela posse da nossa diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná e, no caso de aprovação, se dê conhecimento do mesmo àquela Associação.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.-

a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

Foram empossados no dia 13 do corrente, em Cascavel, uma das cidades mais promissoras de meu Estado, os novos membros da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, tendo na presidência o prefeito de Céu Azul, Sr. Nilo Deitos.

Até bem pouco tempo não se prestava atenção ao relevante papel dessas associações que, no Paraná, se dividem em micro-regiões de onde emana a enérgica força do interior.

Realmente, a democracia se exerce da periferia para o centro. Logo o município que é a célula mater, dessa irradiação, tem responsabilidades inúmeras quando opera individualmente que se multiplicam quando falam em nome de uma Associação que congrega diversos municípios de uma região.

A posse da AMOP ocorrido no dia citado, reuniu os municípios de Cascavel, Assis Chateaubriand, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaira, Guaraniaçu, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Nova Aurora, Palotina, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa e Toledo.

Como podem ver os meus nobres pares, ao se examinar a região abrangida pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, fácil é notar-se na sua extensão, na sua responsabilidade de produzir, na sua capacidade de impulsionar o progresso.

O soja, o milho, a suinocultura e até o próprio café, são plantados em larga escala naquela região, sem contarmos a grande indústria do turismo, hoje em ritmo acelerado de desenvolvimento em meu Estado, além de outras atividades. Também a indústria já se instalou em termos reais o mesmo ocorrendo com a criação de gado bovino.

Palotina, recentemente recebeu a visita do Sr. Ministro Paulineli da Agricultura, que naquela cidade proclamou o esforço do Paraná em atender ao chamamento do Governo Federal, mais produzindo.

E foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa área que mais produziu soja, permitindo que com outras o Paraná alcance o índice de ser neste ano o maior plantador e colhedor de trigo do Brasil.

Eis porque, nesta oportunidade, enquanto me congratulo com a posse da nova diretoria da Associação dos Municípios do Oeste, reafirmo a minha certeza de que o Paraná, no ritmo acelerado de trabalho que vai, não demorará muito em formar entre os Estados da Federação que mais produzem para o progresso do Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do plenário, consigne em ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações aos Drs. Lourival Santos e Faris A. Michaele, pelo recente lançamento de seu livro "Biografia da Vila Velha", que versa sobre aspectos de um recanto turístico de interesse internacional como é aquele logradouro de Ponta Grossa.

Requer igualmente que este fato seja transmitido aos mencionados autores.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja enviada cópia do seu pronunciamento feito na tribuna, em data de hoje, às seguintes autoridades:

Sr. Presidente da República, ERNESTO GEISEL.

Sr. Ministro da Justiça, ARMANDO FALCÃO.

Sr. Ministro do Trabalho, ARNALDO PIETRO.

E ao Sr. Governador do Estado do Paraná, JAYME CARNET.

Para que as mesmas tomem conhecimento do desamparo à classe dos vigilantes bancários.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a V. Exa. se digne, após ouvido o plenário

desta Casa, enviar ofício ao Exmo. Sr. Dr. ARNALDO BUSTO, D.D. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, comunicando-lhe haver grande aumento na incidência de casos de tuberculose na micro-região de CASCATEL, principalmente no município sede e em CÉU AZUL, solicitando sejam tomadas providências no sentido de sanar esse grave problema que aflige a região.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Devido a grande concentração humana que se verifica na região de Cascavel, principalmente em razão de possíveis ofertas de trabalho decorrentes da construção da Usina de Itaipu, aumentaram consideravelmente os casos de tuberculose.

Segundo temos notícia de fontes fidedignas, os postos de saúde já não têm condições para atender a todos os que a procuram.

Grande parte da massa humana que para ali emigra, oriunda de outras regiões, em busca de serviço e melhor rentabilidade para elevação do padrão de vida, procura alojar-se nas cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel e vizinhanças, como acontece em relação a Céu Azul, trazendo consigo várias enfermidades.

A solução do problema surgido em decorrência de terem chegado à região inúmeras pessoas provavelmente portadoras de bacilos, com perigo de contaminação à população local, cabe, salvo melhor juízo, à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social.

Assim sendo, parece-nos ser oportuna a remessa de expediente ao titular daquela Pasta, informando da existência de casos que, não sendo erradicados, poderão tomar proporções mais sérias, razão por que pedimos sejam tomadas as medidas adequadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

01 - Que, dos municípios da Região Metropolitana, o único ainda não ligado à Capital por pavimentação asfáltica é o de Piraquara;

02 - Que, após muita reivindicação, o Governo do Estado, entendeu de acolher a recomendação de realizar a obra, para tanto anunciando que adotara as medidas de praxe;

03 - Que, apesar de anunciada a confecção dos respectivos projetos e iniciada a obra, tem-se verificado uma acentuada morosidade;

04 - Que, o trecho a ser pavimentado é de pequena extensão, não se encontrando, assim, explicações pela delonga que se verifica, a não ser outras razões estejam a impedir que não só a celeridade, mas sim a própria implantação normal da pavimentação;

05 - Que, o retardamento, além do que já tardou a intenção de realizar a obra, está a frustrar as populações das duas citadas cidades (Curitiba e Piraquara), impedindo, inclusive, que o município de Piraquara, pelo seu povo e por atitudes do empresário da área privada, se veja privado de pensar em sua redenção sócio-econômica;

REQUER, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na forma dos dispositivos legais, seja aprovado o seguinte "requerimento de informações", a ser dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes:

- 1- Foram elaborados e aprovados pelos órgãos governamentais competentes os projetos necessários à implantação de pavimentação asfáltica da estrada Piraquara-Curitiba?
- 2- Foi promovida concorrência para a realização da obra? Quais as empresas que concorreram? Qual a vencedora? Foi celebrado contrato?
- 3- Em que data foi celebrado o contrato? Quais as datas

assinaladas para o início e o final da obra? Qual o custo total do empreendimento?

- 4- Há cláusulas que prevejam alguma espécie de segurança para o cumprimento dos dispositivos contratuais? Quais?
- 5- Em caso de não estarem sendo cumpridos os prazos e, eventualmente, outras obrigações, que atitude adotou o contratante?
- 6- Alguma determinação, de origem governamental, está originando protelação na realização da obra? Quais as razões?

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, que seja encaminhado ofício à PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, solicitando a mesma que oficie à Prefeitura Municipal de Ivaiporã, determinando que sejam tomadas medidas necessárias para o fiel cumprimento da Lei N. 33 de 17/01/48, que torna inalienável as Ruínas Jesuíticas do Estado do Paraná.

Oficie nesse sentido faz-se mister tendo em vista que as Ruínas Archangeles, localizadas em Jardim Alegre, distrito daquele município, estão sendo invadidas e destruídas sem que sejam tomadas as devidas medidas para a proteção desses monumentos integrantes de nossa história.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e anuência do plenário, seja enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que este estabelecimento bancário estatal estude a viabilidade de instalação de uma Direção Regional do mesmo, na cidade de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, Sr. Presidente, já não é só um grande município dentre os maiores comunas paranaenses. Polo centralizador tanto rodoviário, como agrícola, através do soja, Ponta Grossa está a merecer a medida solicitada e que, se concretiza, viria equalizar vários problemas afetos ao setor na região.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do plenário, seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, a fim de que, aquela autoridade providencie, com a máxima urgência, o pagamento de indenizações aos proprietários dos terrenos situados às margens da BR-153, no trecho compreendido entre União da Vitória e Santa Rita.

Nosso requerimento fundamenta-se na justificativa de que os referidos proprietários sofreram grandes prejuízos.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Francisco Borsari Netto, solicitando urgentes providências para continuar a construção do prédio do Grupo

Escolar Romário Martins, do distrito de Aquidabam, município de MARIALVA.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja concedida com urgência a liberação da linha intermunicipal de ônibus solicitada pelas empresas Princesa do Ivaí e Viação Garcia, trecho compreendido entre IVAIPORÃ - CURITIBA.

Tal apelo se faz, tendo em vista os reclamos da população daquele progressista município, que até o presente, não possui uma linha que diretamente os interligue com a Capital do Estado, além do mais, que a solicitação está sendo requerida em conjunto pelas empresas interessadas na exploração daquele serviço, que irá beneficiar grande parte da região.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente desta Assembléia ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura, Francisco Borsari Neto, formulando apelo no sentido de que seja criada uma Escola Técnica de Comércio, na sede do município de Enéas Marques.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

O município de Enéas Marques é um dos mais progressistas da região sudoeste. Dispõe atualmente de dois ginásios, com um considerável número de alunos que anseiam prosseguir em seus estudos e poder contribuir com seus conhecimentos para o desenvolvimento da indústria e comércio local. A criação de uma Escola Técnica de Comércio virá de encontro aos anseios daquela população, possibilitando a fixação do trabalho especializado na região. Daí as razões do nosso apelo.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 76/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato Rural da cidade de Guaraniáçu - Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Os estatutos do Sindicato Rural de Guaraniáçu, que anexamos ao presente, fundamentam e esclarecem as finalidades e a atuação do mesmo, as quais preenchem os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual que regem a matéria.

A atividade que o referido Sindicato vem desenvolvendo no meio rural do município de Guaraniáçu, justificam plenamente a nossa pretensão em torná-lo de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 77/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade "Creche Perseverança", com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

JUSTIFICATIVA:

A "Creche Perseverança", entidade civil de personalidade Jurídica, de direito privado, foi fundada em 20 de novembro de 1973, pelo Clube da Fraternidade Perseverança.

Exerce sua benemérita atividade no município de Paranaguá, onde tem, ao longo de sua existência, prestado inúmeros e relevantes serviços, reconhecidamente de alto e relevante mérito.

A entidade está em ininterrupta atuação desde a sua fundação, há cerca de um ano e meio.

Afigura-se a iniciativa, além de inserir a entidade no rol legal do reconhecimento público, como um apalua e um estímulo ao muito que vem realizando, na certeza de que irá permanecer colaborando com a grande obra de benemerência.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. FUAD NACLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna na tarde de hoje, é com referência a uma nota publicada no jornal "O Estado do Paraná", a pedido do Sr. Sebastião Martins da Silva. E a esse respeito, procuramos entrar em entendimento com nosso advogado, a fim de que ele tomasse as medidas necessárias. Porque a nota diz respeito a um Deputado que está envolvido em invasão de terras. Mas isto não é verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acredito que esse Senhor seja um débil mental, porque um homem da responsabilidade de um advogado, não teria dado entrada, e protocolado, na própria Justiça, um pedido desses.

Assim que tivemos conhecimento do fato, procuramos levá-lo ao Sr. Secretário da Segurança, porque envolve a Secretaria de Segurança, a Polícia Militar e o Juiz da Comarca. Infelizmente nosso advogado não se encontra em Curitiba. E, oportunamente, quando tivermos todos os documentos necessários, traremos ao conhecimento dos Srs. Deputados.

Porque, a nota se refere às terras, onde tenho uma propriedade adquirida há mais de cinco anos, com toda a documentação legal, em nome de um filho meu. E a verdade deverá ser dita para que todos tomem conhecimento do que está ocorrendo na Comarca de Guaraniaçu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, oportunamente, pessoalmente, traremos esses fatos ao conhecimento da Casa, porque iremos dar entrada, por intermédio de nosso advogado, de uma petição à Justiça.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado David Federmann.

O SR. DAVID FEDERMANN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna nesta oportunidade para fazer o seguinte pronunciamento:

(Lendo): "É do conhecimento de todos, e a imprensa tem divulgado recente lançamento em Ponta Grossa e Curitiba, de um livro deveras original e intitulado "Biografia de Vila Velha", quicá o primeiro no gênero, pelo menos em relação a nosso País, versando todos os aspectos de um recanto turístico de interesse internacional como Vila Velha, em termos de ciência e literatura, ao alcance do nível popular.

Esse livro é de autoria genuinamente pontagrossense, em parceria de três intelectuais - Lourival Santos Lima, jornalista e poeta, Faris Michael, antropólogo e poliglota, e Olavo Soares, geólogo, com a colaboração de Nael Nunes Rocha e Marlou Santos Lima Pilatti. Sua edição foi caprichosamente confeccionada na impressora pontagrossense Gráfica Planeta. Seu assunto é tipicamente pontagrossense. O editor, também de Ponta Grossa, é o primeiro dos co-autores. A artística aparência gráfica e o conteúdo de estudos geológicos e históricos, bem como a parte literária propriamente dita, sem dúvida, interessa ao Paraná e ao Brasil, mormente no que diz respeito à atuação histórica, ali documentada, do Cacique Guairacá.

Seu texto, em vários pontos, faz expressivas referências aos temas atuais da ecologia, alertando o perigo da destruição das florestas, incutindo respeito aos animais e combatendo a poluição e a contaminação agravada pelo estouro demográfico de nossa época e suas consequências desastrosas para o gênero humano.

Possui ainda o livro, qualidades didáticas para o ensino da juventude, sob vários aspectos, no que tange ao fundo e à forma, escrito em linguagem esmerada. Seus autores são, de fato, cultores da língua e do jornalismo categorizado, dois deles também professores de vernáculo e de literatura.

O livro foi muito bem recebido pelos círculos culturais e sociais de Ponta Grossa e Curitiba, onde lhe patrocinaram o lançamento a Academia Paranaense de Letras, o Centro Cultural Euclides da Cunha, a Biblioteca Pública do Paraná e a Paranatur.

E por isto que estou aqui, a falar de um livro, sem quaisquer pretensões de crítico, mas porque se trata de um livro nosso, feito pelos nossos, que fala do que é nosso, e só propaga e enaltece o que é nosso. Representante de Ponta Grossa nesta Casa, tenho, portanto, muita honra e satisfação, também como paranaense e brasileiro, em comentar o fato com meus ilustres pares, todos os quais, também acima dos matizes partidários e sei que prezam as coisas nossas e as atividades literárias e culturais de nossos escritores e poetas mormente quando são elas qualificadas e autênticas.

E "Biografia de Vila Velha", é bem isso - algo de nossa terra e de nossa gente, que vem preencher visível lacuna na bibliografia estadual e nacional. Logo opiniões mais autorizadas confirmarão a minha apologia desluzida e singela. Esse livro, com efeito, é a completa cobertura científica e literária do Parque Estadual de Vila Velha, visitado e admirado por milhares de turistas de todo o mundo, retratando a vida natural e histórica de Itaqueretaba - "a cidade de pedra, a cidade em ruínas, a cidade dos séculos . . .", como disse, um dia, João Cecy Filho, um jovem advogado pontagrossense, sobrinho do historiador Rocha Pombo, que morreu muito cedo e tinha talento demais . . .

Faço pois, este pronunciamento, para que este livro seja, cada vez mais, divulgado pelos canais oficiais, a começar pela PARANATUR, que já lhe reconheceu o mérito, no âmbito turístico, quando lhe patrocinou o lançamento. Mas esse livro não se presta só para a divulgação turística. Possui também valor intrínseco, como obra de pesquisa, estudo e literatura, inspirando amor às coisas naturais - à fauna, à flora, à terra e ao homem.

E quem o diz não é só eu, um Deputado que não tem autoridade no mundo das letras, mas também um dos maiores, e para muitos, o maior poeta brasileiro da atualidade - Carlos Drummond de Andrade, que, em correspondência com um dos co-autores, opinou ser "Biografia de Vila Velha" um livro tão rico de informações e sentimento da natureza.

Aliás, o historiador Américo Jacobina Lacombe, da Academia Brasileira de Letras, também já se manifestou ao dizer: "Verifico ser um sério e valioso estudo".

Assim é que, Sr. Presidente, os mesmos votos de congratulações que a Câmara Municipal de Ponta Grossa já apresentou aos autores deste livro, eu solicito sejam transmitidos por esta Casa, àqueles mencionados autores.

E que "Biografia de Vila Velha" ofertada por minha cidade ao Paraná e ao Brasil, podemos dizer, no seu Sesquicentário, seja-alvo de ampla divulgação aos que nos visitam e principalmente para que os turistas, que passam por Vila Velha, levem para longínquas terras a imagem real de nossa Natureza e nossa Cultura.

Essa, Sr. Presidente, a sugestão que me cabia fazer, ante a louvável iniciativa particular do editor do livro Lourival Santos Lima, e seus co-atores nessa inteligente e bela afirmação de amor à nossa terra e nossa gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, terceiro orador inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, quarto orador inscrito.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna na tarde de hoje para que em duas palavras possamos agradecer ao líder da Bancada da Arena, por ter lembrado nosso nome para pertencer à Comissão Especial para implantação do Polo Petroquímico. Posteriormente, a instalação da Comissão que foi constituída, além deste Deputado, pelos Srs. Aragão de Mattos Leão e Jorge Sato, da Arena e Mauricio Fruet e Lineu Turra do MDB, em reunião do dia 12 de junho foram eleitos para Presidente este Deputado que fala neste momento e para Vice-Presidente o Deputado Mauricio Fruet.

Queremos dizer Srs. Deputados, que cômicos da responsabilidade que nos é devida à frente da Comissão Especial que os Srs. membros nos honraram na Presidência, já iniciamos os trabalhos na manhã de hoje e em contato que tivemos com o Diretor Presidente do BADEP, Luiz Antonio Fayet, e o Secretário da Indústria e Comércio, Luiz Gonzaga Pinto, e ficamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente entusiasmados mais ainda do que já estávamos, pela responsabilidade que a nossa posição, como membro desta Comissão, nos confere.

Ficamos entusiasmados pelo trabalho já desenvolvido por esses dois técnicos paranaenses na defesa da implantação do Polo Petroquímico de nosso Estado.

Queremos agradecer pois ao líder da Bancada, aos nobres Pares da Comissão Especial que nos elegeu seu Presidente, e dizer a esta Casa que a Comissão haverá de permanecer reunida em caráter permanente para que possamos, se é que tempo foi perdido, a curto prazo, levar ao Ministro e ao Presidente da República a reivindicação do Paraná e a sensibilidade deste povo, através dos seus líderes nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quinto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente viemos à tribuna para cobrar do Sr. Governador do Estado e conseqüentemente da sua douta assessoria, que pretendia, como de fato levou a efeito, a revogação de um ato administrativo.

Trata-se do Decreto 619, do corrente mês, onde S. Exa. resolveu, pura e simplesmente, tornar insubstancial o Decreto 545 de 27 de maio último, pelo qual havia registrado os valores das gratificações de representação. O recuo neste édito, 619, caracteriza, data vênica, a nosso ver, a insegurança e também a falta de capacitação para entender e super entender dos atos e seus efeitos, porque não se trata de um ato meramente administrativo, trata-se de um ato administrativo de efeito jurídico de grandes proporções, não só para a própria administração pública, como também para aqueles que servem esta administração pública.

Imediatamente ao editar este Decreto 619, que vinha qua-

se sem nenhum destaque no Diário Oficial, ele revogava o Decreto 547, que tratava, então, das gratificações e do assessoramento.

O Sr. Secretário da Justiça, aquele mesmo Secretário que veio falar a pedido de S. Exa. o Deputado Accioly Filho, fez uma lembrança do Sr. Vargas, aquele mesmo que disse do envenenamento, no seu entender, que a juventude estava sofrendo do MDB, eu pergunto se não é envenenamento de ordem jurídica, esta disforia que existe entre o Chefe do Executivo e aquele Secretário.

A medida que, no mesmo Diário Oficial S. Exa. pretendia, ao invés de dizer que revogava aquele Decreto, disse que o tornava insubsistente, para quem tem melhores acessos com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais e o próprio ordenamento jurídico, percebe que existe uma diferença. Já dissemos também que é um decreto e que não pode desdizer o que a autoridade confirma e torna insubsistente, que é isto que S. Exa. pretende.

Pretende anular direitos que gerou, tais como a obrigação do pagamento da referida gratificação em relação aos determinados meses.

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Exa. se esgotou e esta Presidência concede mais um minuto para V. Exa. concluir sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pretendia fazer uma explanação de maior alcance, entretanto, o preceito que não pode ser revigorado é a revogação dos Decretos nºs 4166, 9856, 6153, 14805 e 6550 e a qual consta exatamente do Decreto 545 de 27 de maio do corrente ano.

Esta sucessão de erros merece um reparo e um rápido reencontro com a realidade, com a expedição de um ato que possa sanar, não só as dúvidas e as incertezas como também legislar dentro da sua competência a matéria necessária para regular os atos e desejos do Poder Executivo.

Apenas quero lembrar que só para não ficar sem registro, que os atos administrativos surtem efeitos ou "ex-nunc ou extunc", e isso a assessoria de S. Exa. há de fazer um maior exame na doutrina, para que não passe a soltar éditos que vêm tumultuar a própria ordem jurídica e também a ordem administrativa. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O comércio e a indústria de todo o território paranaense sofre as sanções dos órgãos fiscalizadores no atendimento às normas que regem os Srs. trabalhadores.

No Estado do Paraná, nós que militamos na indústria sabemos perfeitamente bem, quão difícil, é os emolumentos fiscais atribuídos à mão de obra, quando a mesma carece de uma especialidade.

Também sabemos das indústrias, no que concerne à insalubridade de seus trabalhadores. Também sabemos, das firmas empreiteiras que também são oneradas com os trabalhadores que são taxados como trabalhadores em risco com a sua Previdência, são obrigadas estas firmas a terem seus seguros individuais no coletivos.

Mas, o que nos traz, Srs. Deputados, a esta tribuna na tarde de hoje, é para denunciar um fato ao governo instituído, ao Governo da União, na pessoa do Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Justiça, ao Sr. Ministro do Trabalho, no que concerne agora de momento à vigilância bancária, às organizações atinentes a este tipo de trabalho que se desenvolve em todo o território nacional.

Exemplificando, Srs. Deputados, um vigilante bancário, um vigilante de segurança que trabalha e desenvolve o seu labor,

ao tempo e particularmente a sanha dos assaltantes, são eles os alvos humanos de todos os estabelecimentos de créditos, de estabelecimentos financeiros, enfim, as casas comerciais.

São eles o choque entre o resguardo dos proprietários. o resguardo das famílias financeiras entre os assaltantes, são eles que enfrentam diariamente aquilo que chamamos e que todos os Srs. conhecem é a intermediária entre o vício e o oposto dos qualificados assaltantes, que agora famigeram por todo o território nacional.

Estes homens que dão esta guarida, que trabalham diuturnamente, que fazem com que suas vidas não valham nada, recebem ao final do mês, o grande e polpudo salário de 494 cruzeiros.

Não têm esses elementos nada. Nada a eles ou à sua família.

Se algum perece defendendo os interesses de outros, defendendo a Casa Bancária em que está lotado, sua viúva perceberá a insignificante importância de 80 por cento do seu salário, ou seja, trezentos e poucos cruzeiros por mês. É este o polpudo salário da viúva do vigilante bancário que morre em serviço.

O que temos levantado nesta Casa é a conscientização do Governo. Nós os comerciantes e industriais temos a responsabilidade de cumprir a lei instituída, principalmente pelo Ministério do Trabalho. Mas precisamos saber qual a importância que estas organizações, que pagam estes insignificantes salários a estes homens em todo o território nacional, recebem por vigilante.

E devíamos começar por esta Casa, onde todos são testemunhas de que temos neste plenário um número "X" de vigilantes. Somemos seus ordenados. Vai dar uma quantia "Y", ao passo que o que recebem as organizações que fazem estes contratos para a segurança desta Casa é quase cem vezes "Y".

Quem efetua o serviço, quem se coloca em risco, não recebe nada.

E quem recebe? As organizações, seus Diretores, apadrinhados por alguém, que fazem estes contratos extraordinários que nós, parlamentares, não concordamos que continuem a existir no território nacional.

O SR. ADALBERTO DAROS - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Caro Deputado Luiz Carlos Zuk, é com atenção que escuto seu pronunciamento e devo dar razão a V. Exa. quando se refere ao que se paga ao vigilante bancário, o que se paga ao homem de guarda, como aqui na Assembléia.

Normalmente este serviço é feito por firmas particulares e devemos levar em consideração as obrigações sociais que o Governo cobra, como INPS, FGTS, férias, décimo terceiro salário e uma série de outras coisas.

Devo dar razão a V. Exa., mas devemos estranhar, não tanto o que se paga ao vigilante bancário, mas o que o Governo estipula para o salário mínimo.

Normalmente, o vigilante bancário, o vigilante de guarda, como nesta Assembléia, tem que passar por curso especializado, que é exigido pela Polícia. Mas devo dizer que a culpa não é nossa, não é do vigilante, não é das empresas. A culpa é do Governo, que instituiu este salário mínimo horrível. Esta é a verdade.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte do Deputado

Adalberto Daros, mas quero continuar, Sr. Presidente, dizendo que recebemos da Câmara Municipal de minha cidade, de Ponta Grossa, na pessoa de um dos seus ilustres vereadores, Dr. Arnaldo Pinto da Costa, um comunicado de que em uma das últimas reuniões daquela Casa de Leis, foi levantado, em sentido municipal, este problema que aflige a todo o território nacional, com referência aos vigilantes bancários.

Remeteu a este Deputado os subsídios do seu pronunciamento lá efetuado e pedia que fizéssemos, nesta Casa, o que estamos fazendo, e que, realmente, além do sentido de salário está um outro sentido e que são as obrigações que as firmas

estabelecidas, como são as organizações de vigilantes bancários que são obrigadas, de acordo com a CLT, a fazer seguros em grupo e individuais, para o risco a que se expõem os vigilantes, principalmente os das casas bancárias.

Queremos, neste nosso pronunciamento, trazer, ao Paraná, a imagem que conhecemos, aquilo que realmente acontece e que é algo quase desumano, no sentido de apadrinhamento a grupos que se efetivaram na organização de vigilantes. E as pessoas que detêm essas organizações são pessoas vinculadas ao atual "staff" de Governo.

O SR. LÚCIO MACHADO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre é a denúncia que V. Exa. faz todas as vezes que ocupa a tribuna desta Casa, dignifica e honra cada vez mais o nosso Partido.

A grande verdade que se observa no Brasil, hoje, é que os agrupamentos de apaniguados dos governos tiveram uma facilidade extraordinária e uma singularidade estranha, criar, como fonte de capital e de rendimento, horda de escravos de toda natureza. Na defesa que V. Exa. faz desses homens que prestam serviços como vigilantes, servindo a grupos de capitais que crescem de maneira assustadora, é por demais nobre.

É preciso que os ouvidos do Governo ouçam denúncias dessa natureza, porque não é o salário mínimo o culpado desses homens receberem simplesmente o que o salário mínimo determina. O culpado é a falta de justiça de se determinar que esses homens de empresas que negociam com homens, que se pague a esses homens, principalmente aos vigilantes que empregam suas vidas num trabalho dos mais difíceis em troca de quase nada.

Parabéns, nobre Deputado Zuk, e se neste instante, se algum dos vigilantes dos homens que prestam serviços desta natureza, estiverem ouvindo suas palavras, deverão sentir que não estão sendo esquecidos pelos representantes do povo, na Assembléia Legislativa do Paraná, porque aqui está uma bandeira em sua defesa.

Parabéns, nobre Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradecemos o aparte do nobre

Deputado Lúcio Machado, e queremos levar à Casa de que se nosso posicionamento em torno da obrigação de vigilantes bancários não é no sentido senão de qualificar, indistintamente, a todos os componentes deste Poder, para que exemplificados no pronunciamento feito, na cidade de Ponta Grossa, por um Vereador que expôs que aquele trabalho que era efetivado por 400 e poucos cruzeiros, era ressarcido por essa organização na ordem de 4 mil cruzeiros por pessoa, por pessoa que desenvolvia e servia em estabelecimentos de crédito da Princesa dos Campos.

O SR. GABRIEL MANOEL - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pela vez primeira, nobre Deputado, queremos concordar com V. Exa. E sentimo-nos orgulhosos por ver um jovem combativo defender uma causa justa.

Queremos nos parabenizar com o pronunciamento de V. Exa., porque V. Exa. está defendendo uma causa do povo, dos homens que arriscam suas vidas em defesa do povo, em defesa muitas vezes sagrada deste nosso povo do Paraná e do Brasil.

Queremos fazer coro com nosso companheiro Lúcio Machado, porque V. Exa., neste instante, toca um ponto que é certo, honesto, onde alguns estão sendo ludibriados onde uma plêiade de defensores do dinheiro do povo, trabalha. Esses homens que arriscam sua vida, arriscando suas famílias. Queremos, nobre Deputado, hipotecar nossa modesta e humilde solidariedade a V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o pronunciamento do nobre Deputado Gabriel Manoel, que traz a somatória daquilo que nós defendemos, qual seja, o interesse do povo paranaense acima da filiação partidária.

Se o comércio e a indústria é obrigatório, através de seus operários qualificados, o seguro de vida obrigatório, o seguro em grupo obrigatório, a insalubridade que às vezes através de um sindicato de classe é reclamada por este ou aquele operário, justo se torna que esta classe que até o momento não tem sindicato oficializado, essa classe dos vigilantes bancários que até o presente instante não tem ainda uma organização coletiva organizada, não tem alguém para reivindicar a ela, o direito adquirido, que é o seguro individual, para uma garantia, não sua, mas de sua família, de seus filhos, enfim, de alguém que vai lhe suceder se alguma coisa ocorrer com sua pessoa.

Queríamos, neste nosso pronunciamento, fazer com que as vistas do Governo, que às vezes é dirigida demais no sentido de cumprir realmente as leis do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, do INPS, quando esse ou aquele comerciante ou industrial não contribui, para que realmente seja concretizado um apoio salarial à altura do trabalhador.

Como representantes do povo que somos nesta Casa, homens da Arena e do MDB, queríamos que essa classe fosse também, mesmo que não possua representação autêntica, não possua sindicato oficializado, fosse por nós, autoridades representativas do Paraná, olhada como nós olhamos a todos os outros operários qualificados do Estado.

Queríamos, neste instante, que esse nosso pronunciamento fosse lavrado em termos nesta Assembléia, para que transferíssemos ao INPS principalmente, para que transferíssemos ao Ministro da Justiça, esse território, e particularmente a S. Exa. o Sr. Presidente da República, para com aquele mesmo sentimento humano, aquela sua mesma figura impoluta de demonstração, em todos os sentidos, em todas as reivindicações justas e honestas, esse território fosse também olhado com carinho e que uma ação do Governo Federal em termos, principalmente, de resguardar a família dos vigilantes bancários, fosse tomada pelo mais alto mandatário através de uma lei, de uma fiscalização obrigatória do INPS, para que essa organização tivesse salário compatível com o trabalho efetuado e, principalmente, uma segurança para suas famílias que ficam ao desabrigo e desajustadas, para com os rendimentos, porque qualquer dia não vai ter ainda este parco salário recebido, a não ser 80 por cento percebido pelo beneficiário.

O SR. ADALBERTO DAROS - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Caro Deputado Zuk devo dar razão, mais uma vez, porque nosso entendimento e acredito que é o entendimento de todos os Srs. Deputados, no que diz respeito a sua prelação hoje, à sua manifestação em favor de uma classe, é nobre.

Mas, devo lembrar, Deputado Zuk, que se existe hoje em nosso País uma nova classe, vamos considerar assim, de vigilantes bancários ou homens de segurança, é porque existe, por traz de tudo isto, alguma coisa que dá insegurança ao Banco, que dá insegurança a esta Assembléia, e que dá insegurança a todos os setores aonde estes homens levam segurança.

Deveríamos lembrar que em favor do vigilante bancário devemos nos colocar, é evidente, mas deveríamos nos colocar também, a favor da educação, a favor de uma melhor vida, a favor de um melhor salário, a favor de uma série de coisas para que esta classe sobreviva e que daqui para frente se dê condições à infância principalmente para que não seja a fonte de insegurança no Banco, nesta Assembléia e em todos os setores onde eles militam.

É importante, nobre Deputado, que se diga uma coisa. Se esta classe existe é porque existe insegurança, delinquência, assaltos, uma série de coisas em que deveríamos, talvez, meditar, meditar bastante e dizer ao Governo, a este Governo que diz que a hora é da verdade, a este Governo que diz que quer construir a coisa como deve ser construída, mas, na verdade, o que se vê? Criou-se uma nova classe, a classe dos vigilantes bancários.

E por que? Porque normalmente há insegurança e a insegurança é a pior coisa que existe.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o seu aparte, mais uma vez, Deputado Daros.

Queremos, ao concluir, que este nosso pronunciamento fosse levado às autoridades constituídas como sendo uma contribuição para aquelas muitas que os Senhores Deputados têm trazido através de seus pronunciamentos, de seus requerimentos e suas indicações para com o Governo instituído.

Ao terminar fazemos um pedido a esta Mesa Executiva que deste pronunciamento fosse mandada uma cópia às autoridades referendadas anteriormente para que eles no dia de amanhã, quando nós e outros Srs. Deputados da Arena também forem cobrar dos governantes a falta de desatenção até o dia de hoje, a intranquilidade a que estão expostos os comerciantes e industriais de todo o território nacional para com seus emolumentos fiscais no que concerne aos seus assalariados, para que no dia de amanhã tenhamos condições de poder cobrar dos Srs. Governantes porque foram alertados para esta classe, porque foram alertados com esses vigilantes bancários que não querem outra coisa senão aquilo que é de direito e de fato, principalmente, porque se trata de honestidade de propósitos, que é de retribuir em dia as atenções das autoridades no que concerne a um melhor salário e principalmente a um seguro a suas famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, segundo orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna em sessão da semana passada durante o Pequeno Expediente, para destacar algumas providências que a Companhia de Urbanização de Curitiba, a URBS, vem tomando, desde as recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito que tivemos a honra de presidir durante algum tempo, quando ainda Vereador à Câmara Municipal de Curitiba. O limitado tempo porém, não permitiu apontá-las como era o nosso propósito.

Após o nosso pronunciamento, o nobre Deputado Enéas Faria que conosco legislou durante 6 anos, desde a nossa primeira investidura como edil curitibano, disse chegar a estranhar a atitude que então adotamos, nesta Casa.

O SR. ENÉAS FARIA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

E continuo a estranhar, se me permite V. Exa. que assim eu proceda, porque, volto a repisar, V. Exa., se não foi um Vereador que esteve a ocupar cotidianamente a tribuna da Câmara Municipal, nas oportunidades em que o fez o fez com muita reserva e sempre, nobre Vereador, a não ser quando em certas questões o Partido exigia posições até esdrúxulas, a não ser nesses casos, podemos dar o nosso testemunho, V. Exa. sempre procedeu, na defesa dos interesses da nossa cidade, com presteza.

Porisso estranhei e continuo estranhando, que V. Exa. agora nesta Casa venha a promover a defesa da Companhia de Urbanização de Curitiba, o grande flagelo da nossa população, a companhia que tem infelicitado o nosso povo, a companhia que tem prejudicado, nobre Deputado, ou, eminente Vereador, perdoe-me se o trato de Vereador, eis que Vereador nós fomos muito tempo e ainda de certa forma o somos quando se trata da defesa da nossa cidade, é portanto questão até de filosofia, da maneira de ver as coisas, porque eu entendo que muito mais vale um homem feliz, uma família feliz, do que uma rua asfaltada, do que uma ponte realizada, do que uma obra implantada. Acredito muito mais nisto, acredito muito mais que, importante, é o Homem, e para ele devem convergir todas as atitudes, e, lamentavelmente, a URBS foi, a nosso ver, uma empresa que atuou

em sentido contrário, que esqueceu tudo isto, que impôs o drama, a dor, a lágrima, o sofrimento, à nossa gente, à nossa população, à família curitibana, em favor das obras que aí estão e são inegáveis. Há vias pavimentadas na cidade ligando nada a coisa nenhuma e há tanta gente chorando por causa disto.

O SR EZEQUIAS LOSSO Agradecemos o aparte do nobre Deputado Enéas Faria, mas, continuamos a dizer que não entendemos a sua afirmação de que estranha a nossa atitude, pois desde o tempo de Vereador, as nossas posições têm sido definidas, amamos o justo e o verdadeiro e norteamos por estes princípios a nossa conduta, quer na vida pública, quer na vida particular. Se estamos nesta tribuna abordando certas providências tomadas pela Cia Urbanizadora de Curitiba, não comparecemos aqui para defendê-las mas sim para esclarecer aos nobres Deputados componentes desta Casa Legislativa que tem contas a prestar ao povo e interesses de conhecer de perto o que vem se fazendo notadamente após ter esta Casa, em solenidade especial dado o referendado ao nosso Prefeito Municipal, que está agora no exercício do seu cargo. Portanto, os acontecimentos que envolveram a administração pública municipal, seja dos órgãos diretos, seja dos órgãos indiretos, devem merecer a consideração por parte de todos nós. Tem o aparte o nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR ADALBERTO DAROS - Nobre Vereador, companheiro nosso de Câmara Municipal de Curitiba, aprecio V. Exa. em suas convicções, mas o que não entendo é que na Câmara Municipal, perdoe-me V. Exa. ter chamado Vereador, porque a convivência de seis anos não tirou o nosso raciocínio, a nossa consciência, a convivência alegre que tivemos, Mas, continuando, nobre Deputado, é que quando se constituiu na Câmara Municipal de Curitiba, a CPI para averiguar as condições em que a URBS e em falta do termo, nobre Deputado, vamos dizer, vem agindo em relação à população de Curitiba, não entendo que o nobre relator daquela comissão, nosso companheiro de Câmara durante dois anos, Vereador José Gorski nas conclusões e os jornais publicaram, disse que, realmente, havia algumas irregularidades, mais devido a algumas irresponsabilidades, mas que eram problemas do Prefeito. O que não entendo também, nobre Deputado, é que a URBS, a grande detentora da Cidade Industrial, ela que fez com que alguns que ali residiam, alguns elementos que ali viviam do sustento da terra.

O SR ENÉAS FARIA - Alguns, não. Muitos e tantos.

O SR ADALBERTO DAROS - Muitos e tantos eram desapropriados e não permitia que alguns industriais de Curitiba, que têm o desejo, a vontade de assim proceder, que têm desejo de instalar lá indústrias, industriais de Curitiba que têm área própria, comprada há muito tempo, sejam desapropriados primeiro pela URBS a preços pequenos e não podem eles próprios se instalarem nas terras que são donos e devem vender à URBS para depois comprar por muito mais, não sei porque isto na Cidade Industrial, certas áreas, dos pequenos colonos que lá estão, são desapropriados a preços ínfimos e que áreas muito grandes, de propriedades, todos sabem, do agora Governador do Estado. Sr Jayme Canet Junior, foi desapropriada por preço, bem alto, isto não entendo.

Obrigado.

O SR EZEQUIAS LOSSO - Observamos a preocupação de muitos do povo de Curitiba manifesto também pelo nobre Deputado Adalberto Daros, ex-Vereador, assim como o nobre Deputado Enéas Faria, analisa um outro aspecto, o das desapropriações que poderia ser objeto de uma análise em ocasião própria. o assunto de hoje, entretanto, é relacionado com o problema da pavimentação. Prosseguindo, fomos procurados pessoalmente por cidadãos que deveriam pagar as importâncias convenionadas muitas vezes elevadas para o seu orçamento, causando dificuldades sérias, eis que o ganho não era suficiente para cobrir

todas as despesas para o atendimento às necessidades.

Com muita honra, tivemos a deferência para presidir a CPI. Em vista da nossa atuação jurídica e de professor, não se articular a de técnico no assunto de pavimentação, entramos, em contato com o Reitor da Universidade Federal do Paraná professor Teodócio Atherino, que nos colocou à disposição os professores Walfrido Strobel e Armando Robert, que de uma forma precisa, acompanharam os trabalhos da comissão, fornecendo subsídios, para que as conclusões pudessem ser tomadas e as recomendações anunciadas. Finalmente, os eminentes Vereadores Eugênio Binni, José Gorski e Ademar Werner, sugeriram as medidas que acharam oportunas para que o povo pudesse ter atendimento às suas reivindicações, no tocante ao "problema URBS". Eis as recomendações as seguintes.

1º - Execução preferencial de planos comunitários de pavimentação, que dependem da anuência da maioria dos moradores,

2º Implantação, tanto quanto possível, do projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) em diversas áreas do município em razão de ser ele o instrumento eficaz para assegurar a utilização racional do solo urbano e a melhoria das condições de vida da população urbana,

3º - Intensificação de execução de projetos de pavimentação pelo Departamento de Obras da Prefeitura Municipal, pela exclusão de taxas da administração e encargos financeiros cobrados pela Companhia de Urbanização de Curitiba.

4º Progressiva substituição dos planos ordinários de pavimentação pelas modalidades anteriores preservando o bem estar coletivo, detendo os impulsos egoísticos dos afortunados e estendendo as vantagens de progresso a todos os membros da coletividade;

5º Reestruturação do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, autarquia municipal - (IPPUC), no sentido de ajustá-lo funcionalmente à elaboração dos projetos urbanísticos que vêm sendo feitos por firmas especializadas, cumprindo assim, as suas finalidades, com real economia para o erário público municipal.

Entendemos que com mais alguns planejadores experimentados, especializados em Engenharia, Arquitetura e Paisagística, aliados aos conhecimentos de Sociólogos e Economistas, estaria aquela entidade autárquica apta para elaborar todos e quaisquer projetos urbanísticos da cidade, cujo desenvolvimento, todos nós sabemos, é vertiginoso. Saliente-se, ainda, a função do IPPUC, entidade executora do Convênio elaborado entre o município de Curitiba e o Departamento Estadual de Trânsito em 9 de dezembro de 1971, no sentido de condicionar as diretrizes do trânsito com os estudos e as realizações do planejamento urbano da região metropolitana de Curitiba, definindo e estabelecendo atribuições e competências, em relação a tais diretrizes, esta belecendo, inclusive, a prioridade das vias públicas a serem pavimentadas.

5.6 - Finalmente, com referência às parcelas de contribuição dos mutuários, proceder

5.6.1 recálculo das contribuições cabidas aos mutuários tornando-as de acordo com o custo final e real das obras, com ressarcimento das importâncias recolhidas a maior; ou

5.6.2 - cobrança de um preço médio por metro de testada, em cada plano POP, cuja determinação deverá ser anterior e publicada nos editais de licitação,

5.6.3 - inclusão de cláusula contratual, nos futuros contratos, acordando com alterações à maior ou à menor, nas contribuições dos mutuários, após a medição e determinação do custo real e final das obras em cada plano POP"

O SR. ENÉAS FARIA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado, aguardei que V. Exa. concluísse o rol das suas afirmações. Entendi que V. Exa. para melhor argu-

mentar, o fez sobre a administração anterior. Tenho para mim, e a cidade conhece, que a administração passada sustentou seu trabalho num tripé – a Cidade Industrial de Curitiba, o plano viário e o plano de recreação. Gostaria de, rapidamente, porque não é o momento de fazer esta análise, dizer que no instante em que o Brasil inteiro se levanta numa campanha cívica, patriota e corajosa contra os delapidadores da economia brasileira, nossa cidade sediou mais um núcleo do interesse do trabalho e da especulação do capital internacional, das multinacionais, em prejuízo evidente e marcante, da indústria brasileira, da pequena indústria nascente em Curitiba. Foi isto que se processou e o aparte do Deputado Adalberto Daros foi esclarecedor.

O que vemos é que o industrial curitibano, o empresário curitibano foi enxotado daquela área em favor da grande indústria Multinacional.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Nosso pronunciamento nesta tarde refere-se ao trabalho da CPI que apurou o problema da pavimentação e as providências que pela URBS estão sendo tomadas neste sentido.

O problema da Cidade Industrial é outro.

O SR. ENÉAS FARIA – Citei, apenas para montar meu raciocínio.

O segundo pé da administração anterior, foi o plano viário e alguma coisa se fez neste sentido. É verdade que com o sacrifício de muita coisa, sacrificando muitas prioridades. Mas se fez, alguma coisa e no momento de se implantar efetivamente o sistema viário em Curitiba, o desentendimento entre a área municipal e a estadual, jogou por terra tudo o que havia sido feito, toda a fortuna nele implantada se viu sem sentido algum. Porque o governador da época, enciumado com o prefeito, ou por outro qualquer motivo de corredor palaciano que não conhecemos, jogou tudo por terra.

O terceiro, o plano de recreação que a administração deixou em meio, e que seria vinculado a um plano cultural.

Até hoje a administração não conseguiu definir o que significa cultura. Montou a Fundação Cultural e estamos a aguardar o que seja cultura. Ficou, o plano, no meio.

Continuo agora, nobre Deputado, na especificação do que V. Exa. quer, que é a CPI.

Temos hoje uma nova administração. Na URBS está um novo presidente que chegou anunciando boas novas, mas que, dias depois, se pôs a assinar e se pôs também, a defender o antigo programa. E isso nos estranha um pouco também. E estamos a aguardar as medidas anunciadas.

O novo Prefeito que até hoje nada fez, a não ser fruto de vaidade pessoal dos poderosos do dia que forçaram a sua indicação, ainda não publicou o seu plano para Curitiba, ainda não publicou o seu trabalho para Curitiba, ainda não disse da sua intenção para Curitiba.

Mas, a Comissão de Inquérito da Câmara Municipal de Curitiba, nasceu como se trata – e V. Exa. sabe disso – retirou-se das bancadas e das lideranças, a condição que lhes é de direito, de proceder a indicação de seus membros. E ela recaiu, na verdade, em mãos do presidente da Câmara de então, que atendendo pedido do Poder Executivo, nomeou, indicou, para a Comissão, quem bem entendeu. Até aí também, nada de mais, porque caberia a quem foi designado proceder os estudos necessários.

V. Exa. afirma que a comissão deveria se ater exclusivamente aos problemas das desapropriações. Estou sendo longo e demorado neste aparte ao discurso de V. Exa.

Eu tenho, para mim, que a Comissão deveria se ater a problemas de sua constituição, perseguindo as irregularidades que lá existiam, levantando-as e denunciando-as. Mas, não é caso escondido, não é questão secreta que os pequenos proprietários, eminente Deputado, até hoje, mourejam atrás da URBS para receber sua indenização. E, até hoje, sem lote, sem terra, nada receberam. Enquanto que os poderosos foram inde-

nizados com quantias vultosas, acima das demais pagas e já embolsaram esse dinheiro, as suas algibeiras já se engrossaram.

Deixemos isso para lá, vamos ao caso da pavimentação. Não desconhece V. Exa., não desconhece a Câmara, não desconhece o povo, o “pull” de empresas para explorar a pavimentação. Impuseram os preços que quiseram. Cobrando mais caro do que se poderia fazer. E sobre esse preço mais caro, ainda a URBS taxava a sua pavimentação também extorsiva.

E foi isso que acabou por trazer a Curitiba a desgraça que todos conhecem.

A Comissão quando levantou algumas irregularidades, foram levadas essas irregularidades ao conhecimento do plenário da Câmara Municipal, a maioria da Câmara Municipal constituída pelos ilustres Vereadores da bancada da Arena em contraposição à opinião da minoritária bancada do MDB, que quer apurar as responsabilidades.

E até hoje, o impasse continua naquela Casa, porque as dúvidas não foram dirimidas. E se apresente agora a URBS como empresa capaz de trazer o sossego, a tranquilidade à nossa população, anunciando que os preços serão reduzidos, que a sua taxa de eletrificação será eliminada, e se isso efetivamente ocorrer, eminente Deputado, nós estaremos vendo configurado um autêntico crime contra a economia popular, porque se até agora se cobrou o preço que se cobrou, se até agora se cobrou a taxa que se cobrou, então se tomou do povo aquilo que não deveria ser tomado. Lamento ter tomado o tempo de V. Exa.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Lamentamos a afirmação do Deputado Enéas Faria, de que a Presidência da Câmara agiu inconvenientemente com relação a indicação dos nomes da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não aceitamos semelhante insinuação. Nossa atitude, como presidente desta, foi sempre baseada dentro de espírito de trabalho e independência. Jamais estivemos buscando, seja do Executivo, seja de outra autoridade da administração pública municipal, qualquer orientação sobre nossos trabalhos. Foi um trabalho independente, sério, que procuramos fazer. Não houve, podemos dizer, nobre Deputado, pressão de quem quer que seja no desenvolvimento das atividades, porque, se houvesse pressão para fazer assim ou de outra forma que não de acordo com os postulados corretos, nós imediatamente denunciaríamos tal fato à opinião pública.

Portanto, fica registrado que a Presidência da Câmara Municipal de Curitiba e a liderança de nosso Partido que nos indicou, agiram com a mais completa independência.

O SR. ADALBERTO DAROS – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de dizer que V. Exa. não permite isso, mas V. Exa. permitiu na Câmara Municipal de Curitiba, quando denunciávamos, naquela oportunidade, o diretor das Relações Públicas da Prefeitura, que a própria Prefeitura através da Comissão de Sindicância, comprovou fraude dentro da Prefeitura. E V. Exa. compartilhou porque V. Exa. defendia o Prefeito, S. Exa. o Sr. Prefeito Jayme Lerner nem sequer levantou uma mão para tirar aquele homem que fez uma fraude, o que foi dito pela própria Prefeitura e não por mim.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Se não me engano V. Exa. disse que iria processar ou que haveria processo movido por alguém contra aquele cidadão. Mas isso não cabe em nosso pronunciamento. O que não aceitamos são insinuações seja de quem for.

O SR. PRESIDENTE – Está assegurada a palavra ao Deputado Ezequias Lossó.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, nós convivemos diariamente com V. Exa. e aprendemos, e é hora de testemunhar isso publicamente, a admirar V. Exa. V. Exa. tem sido nesta Casa, no trato com os cole-

gas, nas reuniões que temos realizado, sempre tratando de assuntos de interesse da população do Paraná, de um comportamento que demonstra ser V. Exa. um dos parlamentares mais dedicados. Tenho aprendido a admirar V. Exa. pelo comportamento parlamentar, porque sempre que aborda qualquer assunto nesta tribuna ou nas reuniões de nossa bancada, V. Exa. os aborda com muita seriedade e muita propriedade. Em momento algum, nobre Deputado, V. Exa. deixou de expressar a imagem de um homem preocupado em fazer com que o governo em suas decisões acerte.

Sempre que V. Exa. levanta um problema nos preocupamos porque sabemos que a preocupação de V. Exa. está em que o Partido a que V. Exa. pertence, que é o nosso Partido, que o Governo ao qual V. Exa. pertence...

○ SR. PRESIDENTE – Esta Presidência informa ao deputado que está na tribuna que restam apenas cinco minutos.

○ SR. IVO THOMAZONI – Serei breve. Dizia que em todos os momentos V. Exa. interferiu na solução ou na condução de um problema o fez, como sempre faz, com uma honestidade que nos colocar, portanto, à vontade para cumprimentarmos V. Exa. e dizer que se constitui em um dos mais atuantes e brilhantes Deputados de nosso Partido.

Quero, ao dignificar esta minha opinião, eminente Deputado, dizer que V. Exa. deve estar a salvo de qualquer insinuação maldosa que se possa pretender fazer. Quanto à pretensão de V. Exa. em qualquer episódio, de ter agido de modo a não atender os mais altos interesses da coletividades que representa.

Tem V. Exa. nossa admiração e não conhecemos V. Exa. não estaríamos tão à vontade para fazer esta declaração. Não entro no mérito do que se discute com relação à administração de Curitiba porque não conheço detalhes, mas V. Exa. que vive o problema tem, desde sempre, a nossa solidariedade. Muito obrigado.

○ SR. EZEQUIAS LOSSO – Agradecemos as palavras do eminente Deputado Ivo Thomazoni que, sei, nascem da sua clareza e da observação dos trabalhos desenvolvidos. Talvez não mereça todas as expressões enaltecedoras, aceitando entretanto a demonstração de amizade e coleguismo.

Outrossim a honestidade no trabalho público e parlamentar será sempre por nós vistas e revistas para que possamos sempre louvar aqueles que nos conduziram a esta Casa Legislativa.

○ SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

OU V. Exa. não me entendeu bem ou não me expliquei bem quanto à questão que levou V. Exa. a concluir, a se manifestar tão enfaticamente.

Quero dizer a V. Exa. que vai nisto uma analogia. Alguns setores da imprensa, retirada a censura que sobre ela recaia, anunciara que a censura imposta é a outra censura. Vale por analogia, eminente Deputado.

Quero referir-me à ação de V. Exa. nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e aí é que as coisas divergem.

V. Exa. se postou na Comissão Parlamentar de Inquérito como seu Presidente...

○ SR. PRESIDENTE – Esta Presidência comunica ao nobre orador que lhe resta apenas um minuto. Desde que o Grande Expediente é improrrogável, o tempo já está esgotado.

○ SR. ENÉAS FARIA – Já concluirei, Sr. Presidente.

V. Exa. se postou na Presidência da Comissão, como um magistrado, e nós conhecendo bem o alto valor de V. Exa. o queríamos como um investigador, e V. Exa. entendendo que Presidente deveria ser um magistrado, ficou na posição de magistrado, apenas a orientar os trabalhos da Comissão e aguardando, o que ali fosse feito. Aí o desentendimento havido, porque nós o queríamos atento na Comissão, nós o queríamos um investigador, na Comissão.

○ SR' EZEQUIAS LOSSO – Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos retornar oportunamente a esta tribuna para anunciar as providências que efetivamente têm sido tomadas pela atual administração da URBS, em benefício do povo de Curitiba, e, em vista do último aparte que concedemos ao nobre Deputado Enéas Faria, devemos dizer, que comparecemos em Comissão e individualmente, para analisar aspectos inerentes às nossas funções de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de que o relatório fosse preparado como o foi.

Era só, Sr. Presidente. – (Com revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** – Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 19/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 227/74, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. – **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 21/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 155/74, que aprova o Termo Aditivo de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à Assistência a Deficientes físicos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 193/74, de autoria do Deputado Antonio Maciel Filho, que denomina de Estrada dos Pioneiros do Paraná, a rodovia que liga Mauá-Ivaiporã. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. – **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 47/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 66/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regularizar as obrigações decorrentes das aplicações dos recursos oriundos do Salário-Educação. Parecer favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado em dois (2) de abril de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, regulando as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário-Educação, instituído pela Lei nº 4.440 de 27 de outubro de 1964.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1975.

a) ACCIOLY NETTO – Presidente
a) DÁCIO LEONEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mensagem Governamental nº 19/75

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 66/75

A presente proposição nº 66/75, oriunda da Mensagem Governamental nº 19/75, visa aprovar o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura.

Referido Convênio foi celebrado em 02 de abril de 1975, regulando as obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário Educação, intituido, pela Lei nº 4.440, de 27/10/1964.

Segundo dispõe nossa Carta Política Estadual em seu art. 47, inciso IX, compete privativamente ao Governador, celebrar convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, "ad referendum" da Assembléia Legislativa.

Assim, opinamos pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1975.

a) ACCIOLY NETTO – Presidente

a) DÁCIO LEONEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 01/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem N. 8/75, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, no atendimento de despesas com construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado.

MENSAGEM – 8/75

Curitiba, 29 de janeiro de 1.975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para a concessão de auxílio à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá.

Como recurso para cobertura do crédito especial cuja autorização para a abertura é solicitada essa Augusta Casa de Leis, Federal N. 4.320, de 24 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), autorização para o cancelamento de igual importância no vigente Orçamento Geral do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial na importância de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para a concessão de auxílio à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá.

Art. 2º – Para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1975, aprovado pela Lei N. 6.640, de 04 de dezembro de 1974.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) EMILIO GOMES – Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 01/75

O presente anteprojeto de lei, de iniciativa do Poder Exe-

cutivo, objetiva autorizar a abertura de um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para a execução à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, cujo auxílio se destina ao atendimento de despesas com a construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá.

Como recurso para cobertura do referido crédito especial pede o Poder Executivo autorização para cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1975.

Verificamos mais que através do Projeto de Lei 185/74, de iniciativa do Deputado João Mansur, idêntico crédito era autorizado e para a mesma finalidade, tendo o referido Projeto, aprovado por esta Casa, sido vetado pelo Chefe do Poder Executivo, tendo em vista a sua inconstitucionalidade, dada a iniciativa de tal lei ser da competência do Poder Executivo.

Referido veto foi mantido em sessão extraordinária realizada no último dia 08 de abril.

Mesmo vetando o projeto de lei, por ferir princípios constitucionais, o Sr. Governador acolheu a sugestão e como consequência remete a esta Casa a presente Mensagem.

Apenas não foi mantido o artigo 2º do Projeto de Lei que sofreu o veto, o qual tratava da consignação anual na Proposta Orçamentária de igual verba, destinada para o mesmo fim e com aumentos anuais de trinta por cento.

Sendo a iniciativa do Poder Executivo, havendo especificação do recurso a ser utilizado, entendemos que o presente anteprojeto está em condições de ser apreciado, com o parecer pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

DÁCIO LEONEL – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 01/75

AUTOR:– Governo do Estado, Mensagem nº 8/75.

1. O presente plano de lei objetiva o atendimento de despesas com a construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá, da Associação referida.
2. A cobertura do crédito especial pretendido será, segundo a indicação feita pela própria mensagem governamental, atendida mediante o cancelamento de igual importância, do Orçamento vigente e que foi aprovado pela lei número 6.640, de 04 de dezembro de 1974.
3. A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou pela sua aprovação por considerá-la justa e em condições de ser aprovado por ser constitucional.
4. No mérito e quanto ao aspecto financeiro, competência desta Comissão para opinar, verificamos que o Projeto atende as exigências da Lei nº 4320, de 24-3-64 (Normas Gerais de Direito Financeiro), pelo que o nosso parecer é pela aprovação do Projeto.

Éo parecer, smj.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente.

GILBERTO CARVALHO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 41/75, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Cristo Profeta, da cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. – Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 41/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica declarada de Utilidade Pública, a AÇÃO SOCIAL CRISTO PROFETA, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) JORGE SATO.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, ora submetido à apreciação dos nobres pares, visa exclusivamente considerar de utilidade pública estadual, uma entidade que, devidamente reconhecida como tal por Lei Municipal (doc. I, anexo), desenvolve seus objetivos sem visar qualquer lucro, nem remunerar seus direitos.

Além das finalidades assistenciais, como se infere de seus Estatutos (doc. II, anexo), a Ação Social Cristo Profeta, ministra cursos de Educação de Base? Orienta as famílias de sua comunidade sobre problemas gerais, como: Economia Doméstica, Puericultura, Higiene, nutrição e vida familiar.

Por esses e outros argumentos, encontrados no documento básico da entidade, é que nos propomos apresentar a plano de Lei em tela, que por certo merecerá acolhida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 41/75

De autoria do nobre Deputado Jorge Sato, o presente Projeto de Lei objetiva declarar de utilidade pública a Ação Social Cristo Profeta, com sede e foro na cidade de Apucarana.

A oportunidade e simpatia de que a medida se faz credora, face ao seu alcance social, leva-nos a acolher a presente proposição, tanto mais que todos os requisitos da legislação federal e estadual reguladora da matéria estão plenamente satisfeitos.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Relator

SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, comunicando-lhe haver grande aumento na incidência de casos de tuberculose na micro-região de Cascavel, principalmente no município sede e em Céu Azul. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Procuradoria Geral do Estado, no sentido de quem a mesma oficie à Prefeitura Municipal de Ivaiporã, determinando medidas necessárias para o fiel cumprimento da Lei N. 33 de 17/01/48, que torna inalienável as Ruínas Jesuíticas do Estado do Paraná. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de ser estudada a viabilidade de instalação de uma Direção Regional do mesmo estabelecimento de crédito, na cidade de Ponta Grossa. - APROVADO.

Esta Presidência pede aos Srs. Deputados que ao consignarem ou ao endereçarem à Mesa requerimentos, o façam com fórmula para facilitar o andamento dos trabalhos desta Presidência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Drs. Lourival Santos Lima e Faris A. Michael, pelo recente lançamento de seu livro "Biografia de Vila Velha".

APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela posse da nova diretoria da Associação dos municípios do Oeste do Paraná. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja concedida com urgência a liberação da linha intermunicipal de ônibus solicitada pelas empresas Princeza do Ivaí e Viação Garcia, trecho compreendido entre Ivaiporã. - Curitiba. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, encarecendo urgentes providências para continuar a construção de prédio do grupo escolar Romário Martins, do distrito de Aquidaban, município de Marialva. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja criada uma Escola Técnica de Comércio, na sede do município de Enéas Marques. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo o necessário envio de competente Inspetor do Trabalho para a cidade de Maringá. - APROVADO.

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja enviada cópia do seu pronunciamento feito na tribuna, em data de hoje, as seguintes autoridades: Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro do Trabalho e Governador do Estado, para que as mesmas tomem conhecimento do desamparo a classe dos vigilantes-bancários. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei Nº 58/75. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que informe sobre a pavimentação da estrada Curitiba-Piraquara. APROVADO.

Requerimento de Autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja providenciado o pagamento de indenizações aos proprietários dos terrenos situados às margens da BR-153, trecho compreendido entre União da Vitória e Santa Rita. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei Nº 193/74, por vinte (20) sessões. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através do Sr. Presidente da TELEPAR, sejam prestadas informações sobre a entrega de ações aos usuários promitentes usuários de telefones, prevista nos diversos "Planos de Participação" estabelecidos por aquela Companhia. - APROVADO.

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela Ordem). -

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que proceda a verificação de votação desta última matéria.

(É procedida a verificação de votação). -

O SR. PRESIDENTE - 15 Srs. Deputados aprovam.

8 Srs. Deputados rejeitam.

Não havendo quorum, posto que 15 Srs. Deputados aprovam e oito rejeitam, fica a matéria a ser votada na próxima sessão.

A Presidência anuncia a presença neste plenário do Sr. José Luciano Andrade, Vereador em Umuarama.

Concedo a palavra, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Apenas, Sr. Presidente, para não ficar parte de nosso pronunciamento sem ser trazida ao conhecimento desta Casa, desejamos aproveitar alguns momentos da hora que, servada às explicações, para apontar as providências que notamos, vêm sendo tomadas pela atual administração da Companhia de Urbanização de Curitiba.

A primeira providência, e a aceleração anterior. Essas obras totalizam aproximadamente 1-5 quilômetros, prevendo-se a conclusão da mesma no prazo de 120 dias.

A segunda providência é a inspeção de rua por rua para verificar a existência de eventuais reparos a serem feitos. Em alguns trechos já foram repavimentados os leitos das vias públicas e refeitas as calçadas que apresentavam defeitos.

Em terceiro lugar, verificação e especificação de todas as ruas que foram objeto dos Planos. Encontrando-se diferenças de execução ou seja, itens não executados, procede-se o recálculo e a devolução da diferença recebida.

Em quarto lugar, a instituição de um desconto aqueles que efetuaram o pagamento das prestações em dia.

Por outro lado, a URBS prevê, para o futuro, a execução de trechos de 20 a 25 kms de cada vez, desde que as adesões ao Plano que for adotado, sejam na ordem de noventa por cento dos proprietários da respectiva quadra.

E ainda se pretende transformar a imagem da URBS de órgão de natureza financeira, a de gestora das obras públicas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observamos que não se vislumbram apenas soluções, mas algumas das próprias estão sendo tomadas, embora existam, é certo, outras medidas a serem anunciadas.

Reparos mereceu a URBS, e talvez ainda mereça. Acreditamos contudo louvável que o espírito de trabalho que envolve os administradores daquela empresa de economia mista levará a mesma a um destino que todos nós almejamos.

(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3º DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução Nº 21/75;

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 47/75 e dos Projetos de Lei N. 01/75 e 41/75;

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 48/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 301/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

O item 2º, da Portaria nº 51/75, de 7 de março de 1975; passa a vigorar, com a seguinte redação;

“item II” – O chefe do Serviço Médico, o Chefe do Serviço Odontológico, o Chefe do Serviço de Assistência Social, para disciplinar horário dos Médicos, lotados naquele Serviço, previamente cientificado a Diretoria Geral, poderão estabelecer regime de expediente de trabalho, mais sempre com atenção no disposto pelo § primeiro, da Lei N. 6174, de 16 de novembro de 1970,

do Art. 53, e com observância, também à Legislação Federal aplicável à espécie.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO –
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 302/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n. 5719/75, de 11 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ANTONIO CECCON, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da “ARENA”, junto ao Gabinete do Deputado IVAN RÜPPEL;

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 300/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - revogar a Portaria N. 39/75, que designou EMERENTINO DA CRUZ PACCA, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria;

Art. 2º - lotar no Departamento Administrativo, o funcionário acima citado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral.

PORTARIA N. 299/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

lotar, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Contador, nível PL “26”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 395/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2097/75, de 16 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de PAULINA SCHERNER SIMÕES, ocupante do cargo de nível PL “14”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 12 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 404/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Alteração nºs 59 e 60/75, emitida pela Diretoria Central do Orçamento,

RESOLVE:

Art. 1º-Alterar o Orçamento Analítico desta Assembléia Legislativa, aprovado pelos Decretos Legislativos nºs 01, 110 e 209/75, para o exercício de 1975, nos elementos e subelementos abaixo discriminados, os quais passarão a ter as seguintes dotações:

MATERIAL DE CONSUMO - 3.1.2.0

02 - Combustíveis e Lubrificantes	280.000
10 - Matérias-Primas e Materiais p/Serv. Gerais	110.000
16 - Placas, Letreiros e Similares	1.000
RESERVA TÉCNICA	440.000

SERVIÇOS DE TERCEIROS - 3.1.3.0

02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas Bagagens	2.850.000
04 - Iluminação e Força Motriz	270.000
06 - Serviços de Asseio e Higiene	210.000
07 - Reparos, Adaptações, Recuperações e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	200.000
13 - Serviços de Alimentação	77.000
16 - Locações Diversas	200.000
17 - Outros Serviços Contratuais	123.000
RESERVA TÉCNICA	-

ENCARGOS DIVERSOS - 3.1.4.0

01 - Despesa de Pronto Pagamento	110.000
03 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	1.270.000
22 - Outros Encargos	15.000
RESERVA TÉCNICA	180.000

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 3.1.5.0

01 - Despesas de Exercícios Anteriores	200.000
RESERVA TÉCNICA	100.000

SUBVENÇÃO SOCIAL - 3.2.1.0

05 - INSTITUIÇÕES PRIVADAS	
5.4 - Outras Instituições	740.000
RESERVA TÉCNICA	80.000

MATERIAL PERMANENTE - 4.1.4.0

03 - Ferramentas e Utensílios Agrícolas e de Oficina	40.000
08 - Viaturas de Pequeno Porte	-
09 - Móveis e Utensílios de Escritório, Biblioteca, Ensino, Engenharia, Laboratório e Gabinete Técnico ou Científico	330.000
12 - Outros Materiais Permanentes	9.000
RESERVA TÉCNICA	1.591.000

Art. 2º - O aumento determinado pelo presente Decreto, nos subelementos abaixo discriminados, passarão a compor a dotação da ADMINISTRAÇÃO ALEP (M), somando-se ao consignado pelo Decreto Legislativo nº 111, de 04 de março de 1975:

3.1.3.0.02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas Bagagens	50.000
3.1.3.0.13 - Serviços de alimentação	17.000
3.1.4.0.03 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	20.000

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 396/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2.172/75, de 16 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 397/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1.308/75, de 26 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA DOLORES TULIO BARVIK, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo do Grupo Ocupacional Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 398/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2.591/75, de 31 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de EDU LIBERTI, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário